

Expositor: Oscar Pacheco - El Salvador (<https://www.youtube.com/@MegafonoAdventista>)

Exibidas por: Rendición Media - Porto Rico (<https://www.youtube.com/@rendicionmedia>)

Exibidas em: 14/02/2026

Apresentações originais em espanhol disponíveis em:

[https://www.youtube.com/watch?v=OjSy\\_zphkyg&t=29s](https://www.youtube.com/watch?v=OjSy_zphkyg&t=29s)

Tradução e divulgação: Biblioteca 1888 ([biblioteca1888.org](http://biblioteca1888.org))

## MINISSÉRIE: PRECISOSAS PROMESSAS

### 2 - A LEI E A PROMESSA

Hoje, daremos continuidade a esta minissérie intitulada "Promessas Preciosas". Nesta ocasião, estudaremos a relação entre lei e promessa. Qual é a relação entre esses dois termos? Por natureza, os seres humanos tendem aos extremos, e isso é especialmente evidente em áreas como esportes, política e religião. A imparcialidade geralmente não é nosso forte, pois muitas vezes pendemos para um lado ou para o outro em vez de buscarmos um equilíbrio saudável. A história do Adventismo, infelizmente, também reflete esse fenômeno do extremismo. De um movimento dinâmico, caracterizado pelo crescimento constante na compreensão da verdade, começamos a estagnar em uma visão legalista da salvação, a ponto de cair no formalismo e considerar a lei como um meio de salvação. Em outras palavras, o pêndulo de nossa teologia oscilou tanto para a direita que passamos a considerar a lei como absolutamente tudo. E qual foi a consequência dessa ação?

Ellen White afirmou em Mensagens Escolhidas, vol. 1, pág. 126, que “estávamos tão preocupados com a lei que nos tornamos tão secos quanto os montes de Gilboa, sem orvalho e sem chuva”. Comentando sobre esse radicalismo, ela declarou em Fé e Obras, pág. 12, o seguinte: “Por um lado, os extremistas religiosos em geral divorciaram a lei do evangelho, enquanto nós, por outro lado, fizemos quase a mesma coisa de outro ponto de vista. Não exaltamos diante do povo a justiça de Cristo e o pleno significado de Seu grande plano de redenção. Deixamos de lado Cristo e Seu amor incomparável, introduzimos teorias e raciocínios e pregamos discursos argumentativos”. A ênfase que demos à lei durante os primeiros 40 anos de nossa existência como movimento foi tão pronunciada que passamos a buscar a salvação por meio dela. Falamos tanto sobre a lei que, sem perceber, desbancamos Cristo, o doador da lei e de Sua justiça, que é o único poder capaz de tornar possível a verdadeira obediência. Em seu zelo para demonstrar ao mundo que a obediência à lei era necessária, a Igreja fez de Cristo pouco mais que uma nota de rodapé. A mensagem da

verdade apresentada em doutrinas distintas, como a lei, o sábado, o estado dos mortos, o santuário e a reforma de saúde, abrangia praticamente todo o nosso conteúdo temático. Cada tópico discutido tinha a ver com essas doutrinas cardinais, com essas doutrinas distintas. Mas negligenciamos o mais importante, e o mais importante é Cristo e Sua justiça. Livro após livro foi publicado, sermão após sermão foi pregado, mas Jesus raramente era mencionado. O evangelho raramente era discutido naquela época.

É por essa razão que, na Conferência Geral em Minneapolis, em 1888, “em Sua grande misericórdia, o Senhor enviou uma mensagem preciosíssima ao Seu povo por meio dos pastores Waggoner e Jones”. Agora, qual era o propósito dessa mensagem? O que Deus pretendia ao usar esses dois instrumentos para comunicá-la? O Senhor pretendia apresentar de forma mais proeminente ao mundo o sublime Salvador, o sacrifício pelos pecados de todo o mundo. Esta mensagem também “apresentou a justificação pela fé no fiador e convidou as pessoas a receberem a justiça de Cristo, que se manifesta na obediência a todos os mandamentos de Deus”. Ellen White também comenta, nessa mesma passagem, que “muitos haviam perdido Jesus de vista e, portanto, precisavam voltar seus olhos para a Sua pessoa divina, Seus méritos e Seu amor inabalável pela família humana”. A razão pela qual Deus enviou esta mensagem urgente à igreja foi porque, segundo a citação, “a mensagem do evangelho, o evangelho de Sua graça, precisava ser dada à igreja com contornos claros e distintos para que o mundo não mais afirmasse que os adventistas do sétimo dia falam muito sobre a lei, mas não pregam sobre Cristo nem creem Nele”.

Um exemplo claro do legalismo denso, obscuro e frio que prevalecia naquela época está refletido em um editorial escrito pelo famoso pioneiro Uriah Smith, um teólogo muito proeminente na época. Ele publicou o seguinte na revista *Review and Herald*, datada de 11/06/1889. “A lei”, declarou o Pastor Smith, “é espiritual, santa, justa e boa, o padrão divino de justiça. A obediência perfeita a ela produzirá justiça perfeita e é a única maneira pela qual alguém pode alcançar a justificação”. Agora, observe o que ele declarou aqui. “Há uma justiça que precisamos ter para ver o reino dos céus”. Qualquer um esperaria que ele declarasse em seguida que essa justiça que nos permite estar no reino dos céus é Cristo, nossa justiça. Mas observe o que ele escreveu: “que é chamada de nossa justiça”, fazendo referência à justiça humana. “E essa justiça provém da harmonia com a lei de Deus.

Uma semana após a publicação deste editorial, alguém perguntou a Ellen White: "Qual o significado deste artigo que o irmão Smith escreveu na *Review and Herald*?" Ela respondeu o seguinte em Manuscrito 5, datado de 1889: "Ele não sabe do que está falando. Ele vê as árvores como se fossem homens andando. É impossível exaltarmos a lei de Jeová a menos

que nos apeguemos à justiça de Cristo”. A questão da lei ocupa um lugar importante em nossa compreensão da salvação. Se tivermos um conceito distorcido da lei, inevitavelmente teremos também uma visão distorcida de Deus e de Seu pacto eterno.

Nesta ocasião, responderei a algumas das seguintes perguntas: O que é a lei, realmente? A lei tem alguma relação com o caráter de Deus e o grande conflito? A lei foi pregada na cruz do Calvário? Como alguns afirmam, a lei pode ser cumprida? A Bíblia ensina isso? Como podemos encontrar Cristo na lei?”

O Espírito de Profecia afirma em Parábola de Jesus, pág. 246, que “a lei de Deus é a transcrição do Seu caráter”. Esta declaração inspirada nos leva a uma conclusão inevitável. As características da lei devem, portanto, ser as mesmas características do Deus que a deu. A lei não é um código arbitrário, mas uma revelação escrita do caráter divino, uma expressão moral da santidade, justiça, amor e perfeição de Deus.

Observemos, através do quadro a seguir, uma comparação fascinante entre a lei de Deus e o Seu caráter. Por exemplo, em Romanos 7:12, o apóstolo Paulo destaca três características da santa lei de Deus. A passagem declara o seguinte: "De sorte que a lei é santa, e o mandamento é santo, justo e bom". A lei, nesta passagem, tem três características. O mandamento ou a lei, segundo o apóstolo Paulo, é santo, justo e bom. Agora, será que Deus também cumpre perfeitamente essas três características? É possível que, no contexto do caráter de Deus, encontremos que Deus é santo, Deus é justo e Deus é bom. Absolutamente. Em 1 Pedro 1:15-16, a palavra de Deus nos diz o seguinte: “Se vocês não viverem como aquele que os chamou, que é santo, vocês deixarão de viver, pois está escrito: ‘Sejam santos, porque eu sou santo’”. Deus é santo, e o mandamento é santo. Em Deuteronômio 32:4, encontramos que Deus é justo. “Ele é a rocha”, diz Moisés, “cuja obra é perfeita, pois todos os seus caminhos são justos. Deus da verdade e sem nenhuma iniquidade nele, ele é justo e reto”. Deus é justo, e a lei é justa. No Salmo 34:2, o salmista Davi declara: “Provem e vejam como o Senhor é bom; bem-aventurado o homem que nele se refugia”. Porque Deus é bom, e a sua lei é boa.

Assim, poderíamos listar todas as características e fazer a comparação mostrada aqui no slide, e perceberíamos que a lei é perfeita, Deus é perfeito; que a lei é essencialmente amor, que Deus é amor; que a lei é verdade, que Deus também é verdade; que a lei é imutável, isto é, não pode mudar, e Deus também não pode, que não há sombra de variação nele; que a lei é espiritual, e Deus também é espiritual, ou espírito, como declara João 4:24.

Quando entendemos que a lei de Deus é um reflexo de seu caráter, obtemos uma visão mais ampla e concreta do grande conflito. Porque o que está verdadeiramente em jogo nesta batalha cósmica é o próprio caráter de Deus. O grande conflito não se trata de poder ou autoridade. No contexto do grande conflito, a questão não é quem é mais poderoso, Deus ou Satanás. Porque se fosse esse o caso, o resultado já teria sido decidido desde o início. O que está no cerne do grande conflito é o próprio caráter de Deus. A questão fundamental levantada pelo grande conflito, o que está verdadeiramente em jogo, é se Deus é realmente justo, confiável e amoroso em seu governo. Em outras palavras, Deus é realmente quem ele afirma ser?

O principal argumento de Satanás dentro da estrutura do conflito cósmico tem sido essencialmente abolicionista [libertador]. Satanás procurou desacreditar o governo divino alegando que a lei de Deus é desnecessária, restritiva, arbitrária e impossível de obedecer. Ele acusou Deus de ser cruel e injusto com suas criaturas e alegou o seguinte. Observe o que se encontra em *História da Redenção*, pág. 18: “Satanás afirmou que os anjos não precisavam de lei e que deveriam ser livres para seguir sua própria vontade, que ele sempre os guiaria em retidão, que a lei era uma restrição à sua liberdade e que sua abolição era um dos grandes objetivos de sua subversão”.

Após a queda de Adão e Eva, Satanás alegou o seguinte. E esta declaração está registrada em *The Signs of The Times*, datado de 16/01/1896: “Satanás alegou que era impossível para os filhos e filhas de Adão cumprirem a lei de Deus, acusando assim Deus de falta de sabedoria e amor. Se eles não conseguiam cumprir a lei, então havia uma falha no legislador. Homens que estão sob o controle de Satanás repetem essas acusações contra Deus, afirmando que os seres humanos não podem cumprir a lei de Deus”. Se a lei não pudesse ser cumprida pelo poder da graça divina operando no coração do homem, teríamos que arrancar muitas páginas da Bíblia e renegar completamente ou quase completamente o dom profético. Consequentemente, acabaríamos tomando o lado de Satanás no conflito cósmico, tornando-nos seus advogados, defendendo assim as acusações que Satanás lançou contra o caráter de Deus por séculos.

*Mensagens Escolhidas*, vol. 1, pág. 27, afirma que “Jesus veio a este mundo para conceder poder moral à humanidade caída, para que possamos guardar os mandamentos de Deus e participar da natureza divina, vencendo a corrupção do mundo, causada pelas paixões”. Por sua vez, as Escrituras nos dizem com grande clareza que “Deus é poderoso para nos impedir de cair e nos apresentar irrepreensíveis diante de sua glória com grande alegria” (Judas 1:24). Esta declaração bíblica que acabamos de ler não promove o perfeccionismo religioso, como

alguns acreditam erroneamente. Em vez disso, esta passagem destaca o poder de Deus para erradicar o pecado de nossas vidas e nos capacitar plenamente a obedecer. A questão é: Deus tem o poder de fazer isso? Deus é realmente capaz de impedir que seus filhos caiam e apresentá-los irrepreensíveis diante de sua glória? A resposta bíblica é um retumbante sim. Negar que Deus tenha esse poder é essencialmente negar sua divindade e onipotência. E isso constitui uma forma muito sutil de ateísmo, já que questiona o poder de Deus, e isso é equivalente a negar quem Deus realmente é.

Vamos agora nos concentrar em um aspecto fundamental do nosso estudo: a imutabilidade da lei de Deus. Uma verdade que não podemos ignorar. Muitos no mundo cristão acreditam que a lei foi abolida na cruz do Calvário e, portanto, não tem mais aplicação para o crente. No entanto, esse dogma contradiz os ensinamentos claros de Jesus sobre a natureza eterna e imutável da lei. Observemos como Cristo, o próprio autor da lei, afirmou a validade permanente da lei. No Evangelho de Mateus, 5:18: “Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota, nem um til se omitirá da lei, sem que tudo se cumpra.” Aqui, nesta passagem, Jesus deixa claro que a lei moral não foi abolida com a sua morte, mas permanece tão firme quanto os céus e a terra. Por sua vez, o salmista também reconheceu a natureza eterna dos mandamentos de Deus. Ele escreveu no Salmo 111:7-8: “As obras das suas mãos são verdade e justiça. Todos os seus mandamentos são fiéis, estabelecidos para sempre, promulgados em verdade e retidão.” Deus não mudou nem alterou a sua lei. Os seus mandamentos são uma expressão imutável do seu caráter amoroso.

Ao longo da história, nenhum poder humano ou espiritual recebeu autoridade divina para alterar o que Ele estabeleceu. O único sistema político-religioso que ousou tentar modificar a lei de Deus é a Roma papal, que é simbolicamente representada nas profecias de Daniel por um pequeno chifre. Essa usurpação foi descrita pelo profeta da seguinte forma em Daniel 7:25: “Ele falará contra o Altíssimo, oprimirá o seu povo santo e procurará mudar os tempos e as leis. O povo santo será entregue nas suas mãos por um tempo, tempos e metade de um tempo.” Contudo, por mais que essa pretensão humana esteja disfarçada de autoridade eclesiástica, ela jamais poderá invalidar um único jota ou til da lei.

Entre os argumentos apresentados contra a imutabilidade da lei, alguns usam a seguinte passagem para afirmar que os mandamentos foram pregados na cruz e, portanto, perderam sua validade. O texto em questão é Colossenses 2:13-15: “E a vós, que estáveis mortos em vossos delitos e na incircuncisão da vossa carne, Deus vos vivificou juntamente com ele.” O que Cristo fez quando estávamos mortos? Ele nos deu vida. O que mais ele fez? Observe o que o apóstolo Paulo declara nesta passagem: “Perdoando-nos todos os nossos pecados,

tendo cancelado o registro de dívida que era contra nós, a qual ele removeu, pregando-a na cruz. E, despojando os principados e potestades, os expôs publicamente ao ridículo, triunfando sobre eles na cruz.”

Após lermos esta passagem, precisamos nos fazer a seguinte pergunta: Este texto bíblico está dizendo que os Dez Mandamentos foram anulados pela morte de Cristo na cruz? A palavra traduzida como "registro" em Colossenses 2: 14, vem do termo grego *jeirógrafon*, que significa literalmente um documento de dívida ou nota de débito escrita a mão. No mundo antigo, um *jeirógrafon* era um tipo de nota promissória legal, um reconhecimento escrito de uma dívida que alguém tinha que pagar. Era uma declaração assinada pelo devedor, obrigando-o legalmente ao cumprimento de uma obrigação. Não há evidências linguísticas ou teológicas sólidas que sugiram que esse registro de decretos se refira à lei moral de Deus. Então, qual é a documento de dívida que foi pregada na cruz? Se o contexto geral e imediato desta passagem não se refere a esse *jeirógrafon* como a lei de Deus, o que é esse documento? O que é esse *jeirógrafon* que pesou contra nós? Em Romanos 6:23, o apóstolo Paulo responde a essa pergunta: “Porque o salário do pecado é a morte”. Qual é essa nota promissória? A nota promissória é a morte causada pelo pecado. “Mas o dom de Deus, diz o texto, é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor”.

A dívida legal e corporativa da raça humana, originada da queda de Adão, era a morte eterna e imediata. Esse era o conteúdo da nota promissória. No entanto, na cruz, Cristo assumiu essa dívida e cancelou, por meio de seu sacrifício, essa nota que existia contra nós, concedendo em seu lugar perdão, justiça e vida. Portanto, Jesus não apenas nos salvou de uma morte que enfrentaríamos no futuro. Cristo nos salvou de uma morte que já teríamos experimentado, que teríamos que experimentar no passado. Cristo deu vida ao mundo inteiro.

A inspiração declara o seguinte em Testemunhos para Ministros, pág. 134: “A morte entrou no mundo por causa da transgressão. Mas Cristo deu a Sua vida para que a humanidade, a raça humana caída, tivesse outra chance. Ele não morreu na cruz para abolir a lei de Deus, mas para assegurar à humanidade um segundo tempo de graça” — isto é, para lhe dar vida, para lhe dar uma chance. “Ele não morreu”, diz a citação, “para que o pecado se tornasse um atributo imortal. Ele morreu para garantir o direito de destruir aquele que detinha o poder da morte, isto é ao diabo. Ele sofreu plenamente a pena que a transgressão da lei por todo o mundo merecia. Ele fez isso não para que as pessoas continuassem na transgressão, mas para que retomassem sua fidelidade e guardassem os mandamentos e a lei de Deus como a menina dos seus olhos”.

Já vimos que a lei é uma transcrição do caráter de Deus e que é tão eterna quanto o próprio Deus. Agora, surge uma questão importante: qual é a função da lei? Por que a lei de Deus foi dada? Vamos explorar agora o propósito e o papel da lei no plano da salvação, lendo e analisando duas passagens bíblicas que lançam muita luz sobre este assunto. A primeira está em Gálatas 3:24. O apóstolo Paulo declara: "De maneira que a lei foi nosso guia até Cristo, para que fôssemos justificados pela fé". Qual é o propósito da lei, segundo esta passagem? Guiar-nos a Cristo para que Cristo nos justifique pela fé. Esse é o propósito da lei, de acordo com esta passagem. Neste texto, o apóstolo Paulo explica essa função da lei com muita clareza, e Paulo menciona que a lei age como um guia. O termo grego traduzido como guia é *paidagogós*. *Paidagogós*, de acordo com o Comentário Bíblico Adventista, vol. 6, pág. 960: "era, nas famílias gregas, um supervisor dos meninos e seus acompanhantes enquanto eram menores de idade. Ele os acompanhava à escola, os protegia do perigo, os impedia de se comportarem mal e tinha o direito de discipliná-los. Nas obras de arte gregas, o *paidagogós*", diz o comentário, "era geralmente representado por um bastão em sua mão. Se ele fosse suficientemente instruído, também poderia ajudá-los na preparação de suas lições". Agora, a qual lei este texto se refere? E qual é o seu propósito? Faço esta pergunta porque esta mesma pergunta causou muita controvérsia no Adventismo na época, por volta do ano 1888.

Veja o que Ellen White diz em Mensagens Escolhidas, vol. 1, pág. 275. Ela afirma que "o Espírito Santo" na passagem que acabamos de ler, Gálatas 3:24, "está falando especificamente sobre a lei moral por meio do apóstolo Paulo. A lei nos revela o pecado e nos faz sentir nossa necessidade de Cristo e nos voltar para Ele buscando perdão e paz por meio do arrependimento diante de Deus e da fé em nosso Senhor Jesus Cristo"

Outra passagem semelhante a Gálatas 3:24 é encontrada em Romanos 10:3-4. Essa passagem diz: "Porque, ignorando a justiça de Deus, buscando estabelecer a sua própria justiça, não se submeteram à justiça de Deus, pois Cristo é o fim da lei para justificação de todo aquele que crê." A palavra grega para fim neste trecho é *telos*, e essa palavra significa extremo, fim, finalmente, imposto ou propósito. Surge então uma pergunta: em que sentido Cristo é o fim da lei? Cristo não é o fim da lei no sentido de terminar, abolir ou tornar a lei ineficaz, mas no sentido de ser seu objetivo ou propósito. Ou seja, a lei foi dada para nos conduzir a Cristo, tornando-nos conscientes de nossa incapacidade de obedecê-la plenamente por nós mesmos e, portanto, de nossa necessidade de um salvador que nos dê o poder de obedecê-la. Embora a lei não possa nos justificar, ela cumpre sua função nos conduzindo ao único que pode. E quem é o único que pode nos justificar? É Cristo. A segunda passagem que analisaremos é Romanos 3:20. O apóstolo Paulo declara: "Visto que

pelas obras da lei ninguém será justificado diante de Ele, porque pela lei vem o conhecimento do pecado. A segunda função da lei é nos mostrar o pecado. A lei nos mostra nossa incapacidade de nos salvarmos. Ela nos mostra nossa condição pecaminosa.

Agora, veja o que Ellen White diz sobre essa passagem. Essa citação está no devocional matinal *Refletindo a Cristo*, pág. 47: “A lei nos mostra nossos pecados como um espelho. Ela mostra que nosso rosto não está limpo”. Agora, veja só, que interessante. “O espelho não tem o poder de limpar o rosto. Essa não é a sua função”. Imagine que você se levanta de manhã e a primeira coisa que faz é ir ao banheiro e se olhar no espelho. É uma bagunça o que você vê. Você vê seu cabelo todo despenteado, vê seu rosto sujo, você não está bem arrumado, precisa urgentemente melhorar esse aspecto. Suponha que, enquanto você se olha no espelho, você diga ao espelho: “Espelho, preciso que você me limpe agora.” O que vai acontecer? Absolutamente nada. A função do espelho é mostrar o quão desarrumados e sujos estão nossos rostos, mas não tem a função de nos corrigir. A citação continua: “assim também é a lei. Ela aponta nossos defeitos e nos condena, mas não tem o poder de nos salvar. Precisamos ir a Cristo para o perdão. Ele tomará nossa culpa sobre Sua própria alma e nos justificará diante de Deus. E Ele não apenas nos libertará do pecado, mas também nos dará o poder de obedecer à vontade de Deus”.

Após a histórica assembleia da conferência geral em Minneapolis, em 1888, aquele momento icônico em que a preciosa mensagem da justificação pela fé foi apresentada ao povo adventista, Deus revelou à Sua mensageira, em 1893, que enviaria luz adicional para interpretar a lei em harmonia com a misericórdia e a justiça de Deus. Ou seja, para interpretar a lei sob a perspectiva do Evangelho.

Em *The Signs of The Times*, de 13/11/1893, Ellen White, inspirada por Deus, declarou o seguinte: “Vocês verão a lei de Deus e a interpretarão para as pessoas sob uma perspectiva totalmente diferente da que tinham feito no passado. Pois a lei de Deus será vista por vocês como a revelação de um Deus de misericórdia e justiça. A expiação feita pelo maravilhoso sacrifício de Jesus Cristo será vista por vocês sob uma perspectiva totalmente diferente.” Quando li essa declaração pela primeira vez, foi inevitável que eu me perguntasse: O que Ellen White quis dizer quando escreveu: “Vocês verão a lei de Deus e a interpretarão para as pessoas sob uma perspectiva totalmente diferente”? Destacando a profundidade e a amplitude do significado da lei, o salmista Davi escreveu no Salmo 119:96: “O teu mandamento é muitíssimo amplo”. Com base nesse texto, devemos nos perguntar o seguinte: Será possível que os mandamentos tenham um significado mais amplo do que a que lhes atribuímos comumente? Se a lei, segundo Ellen White, é a expressão do caráter de Deus, e

Deus, segundo o que está escrito em 1 João 4:8, é amor, como podemos então interpretar os mandamentos como um resumo do amor de Deus?

Ellen White escreveu o seguinte em *Mente, Caráter e Personalidade*, vol.2, pág. 206: Há perfeita harmonia entre a lei de Deus e o evangelho de Jesus Cristo. Ou seja, não há nenhuma relação de oposição entre eles. Há uma relação de harmonia. Se essa relação harmoniosa é palpável, se essa relação harmoniosa realmente existe, a questão é: onde encontramos Cristo na lei? Onde o encontramos? Onde está Cristo na santa lei de Deus? Devemos reconhecer que, de uma perspectiva adventista tradicional, os Dez Mandamentos parecem muito distantes da ideia de um Deus que é essencialmente amor. Será que isso ocorre porque talvez não estejamos considerando seu verdadeiro significado?

O que você pensaria se eu lhe dissesse desta vez que os mandamentos são, na verdade, 10 promessas seguras que fluem do amor transformador de Deus por nós? É interessante notar que no hebraico clássico não existe um tempo verbal presente, mas apenas o passado perfeito e o futuro imperfeito. Na Bíblia, embora encontremos muitos imperativos com ordens diretas, os 10 mandamentos descritos em Êxodo, capítulo 20, estão escritos no imperativo futuro. Isso significa que quem fala, que neste caso é o próprio Deus, não está apenas dando uma ordem, mas também assegurando ao destinatário que esses mandamentos serão cumpridos no futuro, mesmo que ele não tenha controle sobre exatamente como ou quando esse cumprimento ocorrerá.

A passagem introdutória aos mandamentos diz o seguinte: Êxodo 20:1: “E Deus falou todas estas palavras, dizendo.” Observe que o texto não diz que Deus falou estas ordens, mas estas palavras. Intencionalmente, Moisés usou um derivado da palavra hebraica *dabár*, que é traduzida como "palavra" no texto, especificamente em Êxodo 20:1, em vez de *mitzvah* ou *tzivah*, que significam respectivamente mandamento e ordem. De acordo com a concordância de *Strong*, a palavra *dabár* pode ser traduzida como "promessa". Por exemplo, em 1 Reis 8:56 e em Josué 21:45, este termo hebraico é traduzido como "promessa". Aqui você pode ver uma captura de tela do dicionário de Strong e os possíveis significados da palavra *dabár*. E dentro desse leque de significados, a palavra "promessa" está destacada. *Dabár* pode ser traduzido como "promessa". Isso sugere que as palavras que Deus falou em Êxodo 20:1-17 podem ser entendidas como promessas, não como um "não faça isso", mas como um "você não fará isso, porque eu operarei em você e lhe darei o poder de não fazer". Ou seja, *dabár* não é meramente um discurso informativo da parte de Deus, como se Deus estivesse comunicando ou ordenando algo sem que nada realmente acontecesse. Nas Escrituras, *dabár* é um discurso eficaz, um discurso que carrega consigo o poder criativo de

Deus. Quando Deus profere sua palavra, essa palavra age por si só e produz uma realidade que não existia antes.

De fato, o salmista interpreta o relato da criação afirmando explicitamente que Deus usou sua palavra, seu *dabár*, como o agente criativo. Salmo 33:6, diz o seguinte: "Pela palavra", e a palavra hebraica ali é *dabár*. "Pela palavra do Senhor foram feitos os céus, e todo o seu exército pelo sopro da sua boca". A mesma força vital que chamou os céus e a terra à existência na criação é a que irrompe com autoridade em Êxodo capítulo 20:1, quando Deus pronuncia os Dez Mandamentos. Isso significa que a lei não surge como um mero código moral externo, nem como uma lista de exigências que o homem deve cumprir por sua própria força, mas como uma expressão da palavra criadora e eficaz de Deus. Em outras palavras, Deus se compromete a operar em nós aquilo que Ele ordena. Em outras palavras, Deus nos diz em Êxodo 20 que Ele mesmo operará em nós para que não tenhamos outros deuses, para que não adoremos ídolos, para que não tomemos o Seu nome em vão, para que guardemos o sábado, para que honremos nossos pais, para que não matemos, para que não cometamos adultério, para que não roubemos, para que não caluniemos ou prejudiquemos a reputação do nosso próximo e para que não cobiçemos.

Portanto, de acordo com a gramática e a linguística hebraicas, podemos afirmar claramente que os Dez Mandamentos são dez promessas preciosas de Deus ao Seu povo. Com razão, o salmista Davi expressou que meditar na lei de Deus era o seu deleite. Salmo 119:174: "Anseio pela tua salvação, Senhor, e a tua lei é o meu prazer." Como Davi poderia ter escrito isso se a lei fosse entendida apenas sob a perspectiva de mandamentos negativos? Como Davi poderia ter dito: "A tua lei é o meu prazer?" Davi expressou isso porque compreendia a natureza promissora da santa lei de Deus. Davi sabia que a lei era a promessa viva e poderosa de Deus para todos aqueles que desejam receber essa palavra.

O salmista também declarou no Salmo 119:127-128: "Por isso amo os teus mandamentos mais do que o ouro, mais do que o ouro puro. Por isso considero todos os teus preceitos retos em todas as coisas e detesto o caminho da falsidade." Será que o salmista poderia ter chamado a lei de deleite e amado os preceitos do Senhor mais do que ouro puro se os mandamentos fossem imposições arbitrárias sem relação com o conceito de promessa? Pessoalmente, acho que não. Apesar de não ter formação formal em línguas bíblicas, Ellen White, por inspiração divina, compreendeu perfeitamente a equivalência que estamos estudando: a equivalência entre mandamento e promessa. Vejamos a seguir algumas citações, organizadas cronologicamente, que refletem claramente essa perspectiva evangélica e cristocêntrica da Santa Lei de Deus. Vale ressaltar que todas essas citações, todas essas

declarações, foram escritas depois que Ellen White declarou em 1893: "Vocês verão a lei de Deus e a interpretarão para as pessoas sob uma luz completamente diferente."

1896 - O Grande Conflito, pág. 66: "Todo mandamento ou preceito que Deus dá é baseado na promessa mais positiva".

1897 - A Maravilhosa Graça de Deus, pág. 134: "Os Dez Mandamentos, os "Fazer" e os "Não Fazer", são dez promessas seguras para nós. Se obedecermos à lei que governa o universo, a lei dos dez preceitos do maior amor que pode ser apresentado à humanidade, é a voz de Deus do céu que faz essa promessa à alma. Façam isso e vocês não estarão sob o domínio e a direção de Satanás. Não há pontos negativos nessa lei, mesmo que possa parecer o contrário". Por que ela escreve isso? Bem, precisamente por causa do que ela declara na primeira parte da citação, porque a lei é uma promessa de Deus. É por isso que ela afirma: não há pontos negativos nessa lei, mesmo que possa parecer o contrário. É "faça e viverá".

1900 - Parábolas de Jesus, pág. 268: "Tudo o que deve ser feito por Sua ordem, pode ser realizado por Seu poder". Ouça isto. "Todos os Seus mandamentos são habilitações [capacitadores]".

1903 - Educação, pág. 114: "Na Palavra de Deus está a energia criativa que chamou os mundos à existência". E como se chama essa palavra criativa que vem da boca de Deus e cria algo do nada? Chama-se *dabár*. Na Palavra de Deus está o próprio *dabár* de Deus. E o que dizer dessa palavra? Veja o que diz a citação. "Esta palavra confere poder, dá origem à vida. Todo mandamento é uma promessa". Glória a Deus por essa declaração. Todo mandamento é uma promessa. Não diz que alguns mandamentos que encontramos na palavra de Deus, alguns mandamentos que lemos na santa palavra de Deus são uma promessa. Não diz isso. Diz que todo mandamento que lemos na palavra de Deus é uma promessa. "Aceita pela vontade, recebida na alma, traz consigo a vida do ser infinito. Transforma a natureza e recria a alma à própria imagem de Deus".

1905 - O Ministério da Cura, pág. 77: "Deus estabeleceu as leis da natureza, mas Suas leis não são exigências arbitrárias. Toda proibição incluída em uma lei, seja física ou moral, implica uma promessa. Se a obedecermos, a bênção nos acompanhará. Deus nunca nos força a fazer o bem, mas Ele busca nos manter longe do mal e nos guiar para o bem".

Aqui você pode ver na tela um resumo de todas essas declarações que acabamos de ler. Podemos ver claramente a natureza promissora da lei em todas essas citações que lemos há

alguns minutos. 1896, 1897, 1900, 1903, 1905. Em todos esses anos, Ellen White, ao longo de seus escritos, reiterou que a lei é a promessa de Deus à humanidade. Se considerarmos, com base em nossos preconceitos, que a lei não pode ser considerada uma promessa, então somos obrigados a rejeitar o espírito da profecia, o dom profético. Teríamos que ser lógicos com nossa fé, lógicos com nosso pensamento e também ser honestos conosco e rejeitar completamente o dom profético, porque o dom profético apoia a ideia de que a lei é uma promessa.

Essas declarações que lemos são maravilhosas e refrescam a alma. Os mandamentos não são exigências arbitrárias como geralmente pensamos. Os mandamentos não são ordens que Deus espera que cumpramos por meio de nossa própria força de vontade. Por quê? Veja o que diz esta declaração. O Maior Discurso de Cristo, pág. 50: “É impossível para os seres humanos observarem a lei por sua própria força, porque a natureza do homem é depravada, deformada e totalmente diferente do caráter de Deus”. Ou seja, os mandamentos não podem ser observados por meio do esforço humano. Mas quando o homem recebe a graça de Deus, quando o homem recebe o poder da palavra de Deus, o homem, como lemos em cada uma dessas declarações, é capacitado, é habilitado a cumprir os mandamentos. Em outras palavras, os 10 mandamentos são, na verdade, 10 princípios que descrevem como podemos viver se ouvirmos a voz de Deus e permitirmos que Seu amor nos transforme completamente.

Agora, essas declarações do espírito de profecia que acabamos de ler têm apoio bíblico? Os mandamentos poderiam ser considerados promessas divinas de acordo com o que as Escrituras nos dizem? Vejamos o comentário que o salmista faz a respeito da promulgação da lei de Deus no Salmo 81:8-11: “Ouçam, ó povo meu, e eu os admoestarei, ó Israel: Se vocês me ouvirem, não haverá deus estrangeiro no meio de vocês, nem se prostrarão diante de deuses estranhos. Eu sou o Senhor, o seu Deus, que te tirou da terra do Egito. Abra bem a sua boca, e eu a enchei. Mas o meu povo não ouviu a minha voz; Israel não me aceitou”. Perceba como o salmista fala da lei de Deus? Ele a descreve em termos de promessa. “Ouçam, meu povo, se vocês me ouvirem, não haverá deus estranho entre vocês, nem vocês se curvarão diante de um deus estrangeiro”. Claramente, a linguagem em que este mandamento é expresso aqui no Salmo 81 é uma linguagem promissória. É uma linguagem em que a lei é apresentada como uma promessa.

Vejamos agora como o apóstolo Paulo afirma a mesma coisa em Gálatas 3:21. Ele faz uma pergunta: “A lei é então contrária às promessas de Deus? A resposta: De modo nenhum! Pois se tivesse sido dada uma lei que desse vida, a justiça viria pela lei”. Por que Paulo afirma que a lei não é contrária às promessas de Deus? A única maneira de a lei não contradizer as

promessas de Deus é se ela estiver integrada a essas promessas. Ou seja, se a própria lei faz parte dessas promessas. E é precisamente isso que o apóstolo Paulo afirma nesta passagem. Para o apóstolo Paulo, a lei não é algo estranho ou contraditório ao pacto eterno, mas sim está plenamente incluída na promessa do pacto. A lei é a promessa do pacto. Por essa razão, ela não pode ser contrária às promessas de Deus. Essa é a única maneira de interpretar esta passagem. É a única explicação possível.

Veja o que diz Hebreus 8:10: "Porei as minhas leis nas suas mentes e as escreverei nos seus corações". Paulo apresenta aqui precisamente que a lei é a promessa do pacto. E é por essa razão que, de acordo com Gálatas 3:21, a lei não pode ser contrária a essas promessas.

Outra passagem que apoia a equivalência entre mandamento e promessa encontra-se em Romanos 8:4: "Para que a justiça da lei fosse plenamente cumprida em nós, que não vivemos segundo a carne, mas segundo o Espírito". Note que, segundo o apóstolo Paulo, o propósito de Deus era enviar seu Filho em semelhança da carne pecaminosa para condenar o pecado na carne. Lemos isso no versículo anterior, Romanos 8:3. Qual é o propósito disso? "Para que a justiça da lei se cumprisse em nós", de acordo com o que está escrito no versículo 4. Esse cumprimento não é produto do esforço humano, mas sim resultado da obra do Espírito nos crentes regenerados. É por isso que o texto não diz que a justiça da lei foi cumprida por meio de nós, mas em nós.

Agora, pergunto: o que é uma promessa? Uma promessa é uma declaração solene que garante o cumprimento de um compromisso, seja dar algo ou realizar uma ação em nome de uma pessoa. Sob essa definição, a justiça da lei cumprida em nós não pode ser entendida como uma exigência externa que devemos alcançar por nossos próprios meios, mas como uma obra que o próprio Deus se comprometeu a realizar em seu povo. Nesse sentido, a justiça da lei é uma promessa divina na qual Deus transforma o ser humano por dentro, escrevendo a própria lei, os mandamentos, em seus próprios corações.

Ora, algumas pessoas, influenciadas por seus preconceitos ou motivadas por orgulho religioso, acreditam erroneamente que afirmar, como ensinam a Bíblia e os testemunhos, que a lei é uma promessa implica negar que os mandamentos sejam ordens ou exigências, interpretando-a, portanto, como uma espécie de desrespeito à lei. A questão é: essa correspondência entre mandamento e promessa nega que os mandamentos sejam ordens? A resposta é não. De modo algum. Contudo, é preciso esclarecer que esses mandamentos não são cumpridos, não são cumpridos pelo homem por meio de esforço humano. Esses

mandamentos são cumpridos por Deus no homem por meio do poder da Sua palavra, por meio da palavra que sai da Sua boca.

Veja o que Hebreus 4:12, diz. Observemos o poder que pulsa na própria palavra de Deus, pois “a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes; penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas”. Essa palavra é capaz de criar algo do nada e de ressuscitar qualquer pessoa da morte espiritual. É por essa razão que o apóstolo Paulo afirma em Hebreus 13:20-21 que, “por meio do sangue do pacto eterno, Deus nos capacita para toda boa obra, para que façamos a sua vontade, operando em nós o que é agradável aos seus olhos, por meio de Jesus Cristo, a quem seja dada a glória para todo o sempre. Amém”. Pensar que o homem pode cumprir essas promessas, esses mandamentos, por si só é adotar uma perspectiva antropocêntrica do evangelho, uma perspectiva que constitui o princípio orientador de todo falso sistema religioso conhecido como Babilônia e o fundamento sobre o qual todas as religiões pagãs se baseiam. Essa perspectiva da lei definitivamente nos dá outra perspectiva sobre a salvação. O mandamento fora de Cristo é um código rígido, mas em Cristo torna-se uma promessa viva.

Quando lemos na lei: "Não matarás", se lermos esse mandamento fora do contexto de Cristo, veremos um código rígido, uma ordem, uma declaração que exige algo de nós. Mas quando nos voltamos para o mandamento em Cristo, o veremos como uma promessa. Deus está nos dizendo: "Vocês me receberam. Vocês abriram o coração para que minha palavra possa produzir uma mudança em vocês, para que eu torne possível que vocês cumpram esse mandamento. Não porque vocês tenham força, não porque vocês tenham experiência religiosa, não porque vocês tenham uma força de vontade desenvolvida, mas porque o poder do meu Espírito Santo torna isso possível em vocês.

Sob a abordagem do antigo pacto, isto é, a religião que ensina que a salvação pode ser obtida por meio do esforço humano, a lei de Deus é um código moral rígido, desprovido de poder e cheio de bons imperativos e exigências. Mas sob a perspectiva do novo pacto, a lei é uma lista de promessas superiores. Agora, a questão é: quem dá e quem cumpre essas promessas superiores em nós? A resposta é somente Deus. Ele é o único que pode cumprir essas promessas de libertação total do pecado em nossas vidas. O profeta Jeremias, referindo-se ao pacto eterno, escreveu o seguinte em Jeremias 31:33: “Mas esta é o pacto que farei com a casa de Israel depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei a minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo”. Deve-se notar que esta passagem bíblica nos mostra o pacto como uma promessa. E estudamos isso no último sábado e isso não é por acaso, porque é precisamente isso que o pacto é, uma promessa de

Deus para a humanidade. E em que consiste essa promessa? Consiste em Deus escrever a lei em nossos corações, Deus nos tornar obedientes, Deus alinhar a nossa vontade com a Sua vontade, os Seus pensamentos com os nossos pensamentos. Deus fará isso. Deus tem esse poder. Essa é a promessa do pacto.

Veja o que o Pastor Waggoner escreveu em seu comentário *As Boas Novas: Gálatas, Versículo a Versículo*, pág. 86, a respeito do pacto e da promessa: “O pacto e a promessa de Deus são um só. O pacto de Deus com o homem não pode ser nada além de promessas feitas ao homem”. Agora, vamos retornar a Jeremias 31:33, e respondamos à seguinte pergunta: Quem promete em Jeremias 31:33? Vamos fazer uma exegese bem curta e simples desta passagem. Quem é que está prometendo aqui nesta passagem? É Deus quem promete. Ele é quem cumpre as promessas. O texto diz: “Este é o pacto que farei com a casa de Israel depois daqueles dias”, diz o Senhor. Agora, a próxima pergunta que devemos nos fazer é: o que Deus promete nesta passagem? Em que consiste este pacto que Deus está prometendo? Este é o pacto que farei. “Darei a minha lei, escrevê-la-ei nos seus corações e serei o seu Deus”. Perceberam? Quem realizará tudo isso em nós? Quem? Deus. Não somos nós mesmos que faremos isso. É Deus quem o fará em nós. E prestem atenção às preposições que estou usando, pois não quero ser mal interpretado. Não estou dizendo que Deus fará isso por nós. Estou dizendo que Deus fará isso em nós. Ele transformará nossos corações. Ele imprimirá a lei em nossos corações, tornando-nos obedientes.

Portanto, o que podemos fazer, de acordo com o que estamos lendo aqui em Jeremias 31:33, é receber as promessas de Deus pela fé. É receber pela fé a inscrição da lei, que faz parte das promessas de Deus. E onde aparece no espírito da profecia que a nossa parte é receber? Agora, vou reler uma citação que compartilhei na apresentação anterior que nos mostram qual é a parte do homem no contexto da aliança.

Nos *Lugares Celestiais*, pág. 14, a serva de Deus diz: "O homem recebe o privilégio de trabalhar com Deus na salvação de sua própria alma." Alguém poderia dizer: Ora, o homem deve trabalhar junto com Deus para a sua salvação. O homem deve contribuir para a sua salvação. O homem age como um corredor em sua salvação. Porque a citação está dizendo: "O homem recebe o privilégio de trabalhar com Deus na salvação de sua própria alma." Mas a citação não termina aí. Vamos continuar lendo. Qual é o trabalho que o homem realiza na salvação? Em que consiste esse trabalho? Qual é a parte do homem? Qual é a sua colaboração no contexto do plano de salvação? No contexto do pacto eterno, “ele deve receber Cristo como seu Salvador pessoal e deve crer Nele”. E se isso não ficou claro, ela enfatiza essa mesma ideia mais uma vez na última parte da citação. “Receber e crer são as

partes deles no contrato”. Qual é a nossa parte? Receber e crer. O que vamos receber? A promessa de Deus. E qual é a promessa de Deus? A inscrição da lei em nossos corações. Essa é a nossa parte. Receber a lei em nossos corações, receber a fé de Jesus Cristo que se manifesta na obediência a todos os mandamentos de Deus. E quando recebemos essa fé, quando essa fé é implantada em nossas vidas, a obediência de Cristo também é implantada em nossos corações, porque essa fé obedece por amor. Essa é a fé de Jesus, a verdadeira fé, a fé que devemos nos esforçar para ter, a fé que devemos nos esforçar para receber de Deus.

Como é maravilhoso considerar, como escreveu o Pastor Waggoner em seu comentário em *As Boas Novas: Gálatas, Versículo a Versículo*, pág. 93: “Os preceitos de Deus são promessas. Não pode ser de outra forma, pois Ele sabe que não temos poder algum. O Senhor providencia tudo o que é necessário quando diz: "Não farás isso". Podemos interpretar isso como a garantia que Ele nos dá, de que, se crermos, Ele nos guardará do pecado contra o qual nos adverte nesse preceito”. Glória a Deus por essa declaração, uma declaração que tem ampla solidez e fundamento na Bíblia e nos escritos de Ellen White.

Portanto, quando ouvimos os mandamentos de Deus, na verdade estamos ouvindo dez promessas de obediência e vitória sobre o pecado que vêm diretamente do céu para nós. E eu pergunto a vocês, meus queridos irmãos e irmãs, não é esta uma boa notícia que a lei seja uma poderosa promessa para as nossas vidas? Não é esta a boa notícia do evangelho? Deus provendo o poder da Sua justiça para que possamos obedecer perfeitamente à Sua santa lei. Claro que é uma boa notícia.

Havia um pastor chamado George Fifield. Esse pastor proferiu uma série de sermões na Conferência Geral de 1897, e o que ele disse a respeito dos mandamentos de Deus me chamou a atenção. Muito impressionante. Ele declarou em um de seus sermões — e este não é um sermão qualquer, mas sim um sermão proferido em uma reunião da Conferência Geral de nossa igreja, na qual Ellen White estava presente. “Esta lei foi dada à humanidade. Ela não foi concebida para ser uma lei morta, condenando o coração humano, mas sim uma lei viva, que contém o poder divino e criativo do evangelho, para elevar a vida. Quantas promessas divinas e criativas encontramos nela! Não terás outros deuses além de mim. Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão. Estas são promessas para a alma que as vê à luz do evangelho e, por meio da fé em Cristo, repousa nelas. Elas se tornarão os braços eternos do amor para sustentá-la e apoiá-la eternamente”. Oh, meu querido irmão, quão maravilhoso é o amor que Deus demonstrou em Sua santa lei. Agora, tudo o que nos resta fazer é receber essa promessa, e essa palavra viva imprimirá a obediência e o caráter de Cristo em nós, expulsando o pecado de nossos corações.

Em 1 João 5:3, lemos o seguinte: “Amar a Deus consiste em obedecer aos Seus mandamentos, e os Seus mandamentos não são um fardo”. Por que os mandamentos não são um fardo? Ah, porque os mandamentos são uma promessa de Deus para você. Como uma promessa poderia sobrecarregar nossos corações, sobrecarregar nossa vida espiritual? Se um mandamento é um fardo para você, se um mandamento é uma mala pesada que praticamente o derruba e o coloca no chão, é porque você ainda não entendeu que o mandamento é uma promessa do poder de Deus. Você não entendeu que o mandamento é praticamente o que Deus quer fazer em você por meio da justiça que nos é transmitida da cruz do Calvário. A pergunta que quero fazer para concluir nosso tema é: Deus pode tornar o homem obediente?

Deus pode tornar o homem perfeito, totalmente preparado para toda boa obra? Pode Deus fazer com que o homem se conforme ao espírito da lei e seja capaz de observar perfeitamente a santa lei de Deus à risca, sem omitir um único jota ou til? Deus tem esse poder? A resposta é sim. Deus tem esse poder. Se Deus não tivesse esse poder, Deus não seria Deus. Deus tem esse poder. Claro que tem. A Bíblia diz isso claramente. E veja o que diz Apocalipse 14:12. Como terminará o último, um dos últimos capítulos do grande conflito nesta terra? Essa passagem nos mostra que Deus, antes da segunda vinda de Cristo. E como sabemos disso? Bem, porque depois do versículo 12, João fala da segunda vinda de Cristo. Deus, antes da segunda vinda de Cristo, pelo poder da sua graça, pelo poder da sua justiça, levantará um povo, uma geração de justos, que se apegarão ao mandamento, que aceitarão e receberão pela fé a promessa do pacto eterno. Pois a promessa do pacto é a inscrição da lei no coração. Não nos esqueçamos. Como João descreve esse povo? “Eis a paciência dos santos, daqueles que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus”

Quão maravilhoso e solene será testemunhar a vindicação final do caráter de Deus na conclusão do grande conflito. Diante dos olhos de todo o universo, será plenamente demonstrado que Deus nunca agiu egoisticamente. Será plenamente comprovado que Satanás estava errado, que Deus é verdadeiramente aquele que sempre afirmou ser: amor. Cada ato, cada julgamento, cada expressão de Seu domínio revela que Deus é amor, e toda dúvida será dissipada no final, toda acusação silenciada, e as criaturas de todos os mundos, todo o universo, reconhecerão que a lei de Deus é uma bela promessa de liberdade e vida. Reconhecerão que Deus é amor, e que o amor transforma a tal ponto que levanta uma geração de justos que cumprem ao mandamento da lei. Fico fascinado com a forma como O Grande Conflito termina, na pág. 657: “O grande conflito acabou. Não há mais pecado nem pecadores. Todo o universo está purificado”. Purificado de quê? Do pecado. “O mesmo pulso

de harmonia e alegria vibra por toda a criação. Daquele que criou todas as coisas flui vida, luz e contentamento através de toda a extensão do espaço infinito, do menor átomo ao mundo mais vasto. Todas as coisas, animadas e inanimadas, declaram em sua beleza imaculada e alegria perfeita que Deus é amor”.

Assim termina o grande conflito, mostrando a todo o universo que Deus é amor, que Sua lei não é arbitrária, que Deus não está pedindo algo que a humanidade não possa realizar pelo poder de Sua graça. É assim que o conflito terminará. E quando o conflito terminar, todo o universo estará em harmonia, porque a santa lei de Deus estará gravada em toda inteligência, em todo ser vivo. Todo o universo dirá em uma só voz que Deus é amor. Que o Senhor te abençoe!